

JuÍza manda UniÃ£o nÃ£o veicular campanha contra o isolamento

Por falta de embasamento técnico, a União deve parar a divulgaao da campanha publicitária "O Brasil não pode Parar", lançada pelo governo federal, contra o isolamento para combater a pandemia do coronavírus (Covid-19). A determinaao  da juíza federal do Rio de Janeiro, Laura Bastos Carvalho, em decisão liminar do plantão deste sábado (28/3).

SECOM



SECOM Repercussão da campanha do Planalto poderia trazer danos irreparáveis  populaao, considera juíza

A medida  válida para peças veiculadas em rádio, televisão, jornais, revistas, sites ou qualquer outro meio, físico ou digital. Em caso de descumprimento,  prevista multa de R\$ 100 mil por infraao.

A aao civil pública foi ajuzada pelo Ministério Público Federal contra a União para proibir a veiculaao das peças publicitárias. Na petiao, o MPF sustenta falta de embasamento na campanha; isto , não havia elementos a indicar que o fim da quarentena seria a providência adequada. Alega ainda que tal medida poderia agravar o risco da disseminaao da doença no país.

Ao acolher o pedido, a juíza aponta dados da Organizaao Mundial da Saúde e cita que o achatamento da curva de casos  indicado pela comunidade científica como medida necessária para evitar colapso de mortes.

"Na dita campanha não há menao  possibilidade de que o mero distanciamento social possa levar a um maior número de casos da Covid-19, quando comparado  medida de isolamento, e que a adoao da medida mais branda teria como consequência um provável colapso dos sistemas público e particular de saúde", entende a magistrada.

A decisão determina ainda que a União se abstenha de veicular qualquer outra manifestaao que sugira  populaao brasileira "comportamentos que não estejam estritamente embasados em diretrizes técnicas, emitidas pelo Ministério da Saúde, com fundamento em documentos públicos, de entidades científicas de notório reconhecimento no campo da epidemiologia e da saúde pública".



A campanha também é alvo de [representações](#) de partidos políticos no Tribunal de Contas da União. O Conselho Federal da OAB [também ajuizou](#) denúncia no mesmo sentido. Até o momento, não houve decisão.

Clique [aqui](#) para ler a decisão
5019484-43.2020.4.02.5101